

**PORTARIA Nº 42/2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Resolução do Órgão Especial nº 29/2019, de 7 de novembro de 2019, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar continuidade a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU/CNJ para as Comarcas do Interior do Estado do Ceará,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender os prazos processuais e atendimentos relativos aos processos de execução penal, ressalvados os casos de urgência, no período de **23 de janeiro de 2020 a 09 de fevereiro de 2020**, das comarcas abaixo elencadas:

<b>Comarca</b>
Acopiara
Aquiraz
Aracati
Barbalha
Baturité
Caririaçu
Caucaia
Crato
Eusébio
Farias Brito
Ibicuitinga
Iguatu
Ipaumirim
Jaguaratama
Juazeiro
Limoeiro do Norte
Maracanaú
Massapê
Quixadá
Quixelô
Quixeré
Sobral

§ 1º Os pedidos urgentes, enquanto os prazos estiverem suspensos e não estiver finalizada a migração dos respectivos processos no SEEU, serão encaminhados por meio do envio eletrônico ao e-mail institucional do SEEU – [seeu.tjce@tjce.jus.br](mailto:seeu.tjce@tjce.jus.br).

§ 2º Constatada a urgência mencionada no parágrafo anterior, o magistrado responsável pelo Grupo de Trabalho de implantação do SEEU, determinará a implantação do processo no SEEU, a fim de que o juiz competente possa analisar o pedido e proferir decisão no sistema.

Art. 2º O peticionamento inicial e intermediário do Portal e-SAJ serão desabilitados para os processos de execução penal durante a suspensão dos prazos a que se refere o art. 1º deste normativo.

Art. 3º Os casos novos, a partir da data de suspensão dos prazos, deverão ser autuados e distribuídos exclusivamente no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU.

§ 1º Antes de efetuar o cadastro de novo processo de execução no SEEU, o servidor responsável deverá consultar se tramita alguma execução de pena ativa para o sentenciado no Sistema de Automação da Justiça – SAJ e no SEEU, a fim de evitar cadastros duplicados.

§ 2º Verificada a existência de execução penal ativa no SAJ e ainda não migrada para o SEEU, deverá ser observado o disposto no §1º e §2º do art. 1º desta Portaria.

§ 3º Verificada a inexistência de execução penal ativa para o apenado e a regularidade da guia, deverá ser cadastrado um novo processo de execução de pena no SEEU e, em seguida, deverá ser distribuído.

§ 4º Existindo execução de pena ativa no SEEU para o sentenciado, a nova guia, oriunda de sentença penal condenatória superveniente, e seus anexos, deverão ser juntados aos autos do respectivo processo de execução e seus dados inseridos no SEEU.

Art. 4º As unidades com competência de execução penal deverão mover os processos 386-Execução da Pena, 1714-Execução Provisória e 11399-Execução de Medida de Segurança, que estão com a situação “em andamento” e “suspensos” para a fila de trabalho “Ex. Migração para o SEEU”, excluindo todas as cópias das demais filas de trabalho, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 15 de janeiro de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará